Poder Legislativo Municipal
Câmara Municipal de Pacaraima - CMP

REGIMENTO INTERNO

CMP – 8º LEGISLATURA

CÂMARA DE PACARAIMA
A CASA DA CIDADANIA

REGIMENTO INTERNO

CMP - 8º LEGISLATURA

PALAVRA DO PRESIDENTE

"Eu, Francisco Sousa Melo, Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, na qualidade de representante do Poder Legislativo deste município, venho por meio desta mensagem expressar meu compromisso com a transparência, a ética e a dedicação ao bem-estar de nossa população.

Como representante do povo pacaraimense, tenho a honra de liderar os trabalhos desta Casa Legislativa com o firme propósito de assegurar que as leis e decisões aqui tomadas atendam às necessidades da nossa comunidade, promovendo a justiça, o desenvolvimento e a qualidade de vida para todos os cidadãos de Pacaraima.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Pacaraima é um instrumento fundamental para o bom funcionamento das nossas atividades legislativas, estabelecendo as normas e diretrizes que guiarão nossos trabalhos. Este documento não apenas representa a organização de nossas ações, mas também reflete o compromisso com a democracia e com a responsabilidade pública.

Reitero que esta Câmara se compromete a manter-se sempre aberta ao diálogo com a sociedade, prezando pela participação popular e pela transparência nos processos legislativos. Que o Regimento Interno seja uma ferramenta eficaz e indispensável para garantir o pleno exercício da função legislativa, respeitando os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Agradeço a confiança da população de Pacaraima e reafirmo o compromisso de, junto aos demais vereadores, trabalhar em prol do desenvolvimento do nosso município, com respeito e responsabilidade."

Francisco Melo

Francisco Sousa Melo
Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima

CÂMARA MUNICIPAL DE PACARAIMA - RR
8° LEGISLATURA

MESA DIRETORA

Biênio 2025-2026

Francisco Sousa Melo
Presidente da Câmara Municipal

Marcelo Benvindo Da Fonseca Soares
Vice-presidente

Júlio César Carvalho De Oliveira Júnior
Primeiro secretário

Luiz Alvino de Sousa Neto
Segundo secretário

Demais vereadores

Aluízio Soares Azevedo
Bruna Souto Maior Bonato
Eraldo Nunes Mendes
Leandro Rodrigues Oliveira da Silva
Leandro do Nascimento da Silva
Rodvan Alves da Silva
Tertuliano Alves da Paixão Neto

CÂMARA DE PACARAIMA
A CASA DA CIDADANIA

Índice

TÍTULO I – DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I: Disposições Preliminares 03

Capítulo II: Das Sessões Preparatórias e da Posse 05

TÍTULO II – DOS ORGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I: Da Mesa da Câmara 08

Capítulo II: Das Comissões 20

TÍTULO III – DOS VEREADORES

Capítulo I: Disposições Preliminares 36

Capítulo II: Das Licenças das vagas 43

Capítulo III: Dos Líderes 44

Capítulo IV: Das Incompatibilidades e Impedimentos 45

Capítulo V: Dos Subsídios dos Vereadores 45

TÍTULO IV – DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

Capítulo I: Das Modalidades De Proposições E De Sua Forma 48

Capítulo II: Das Proposições em Espécie 49

Capítulo III: Da Apresentação das Proposições 55

Capítulo IV: Retirada de Proposições 57

Capítulo V: Da Tramitação das Proposições 58

Capítulo VI: Do Regime de Urgência 60

TÍTULO V – DAS SESSÕES DA CÂMARA

Capítulo I: Das Sessões em Geral 63

Capítulo II: Das Atas das Sessões 65

Capítulo III: Das Sessões Ordinárias 66

Capítulo IV: Das Sessões Extraordinárias 70

Capítulo V: Das Sessões Solenes 72

TÍTULO VI – DAS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

Capítulo I: Das Discussões 73

Capítulo II: Da Disciplina dos debates 76

Capítulo III: Das Deliberações e Votações 79

TÍTULO VII – DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Capítulo I: Da Elaboração legislativa especial 85

Capítulo II: Do Julgamento das Contas 87

Capítulo III: Das Convocação dos Secretários Municipais 88

TÍTULO VIII – DO REGIMENTO E DA ORDEM REGIMENTAL

Capítulo I: Das Interpretações e Precedentes 89

Capítulo II: Da Divulgação do Regimento e de sua reforma 90

TÍTULO IX – DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA 91

TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS 93

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Câmara Municipal de Pacaraima é o Poder Legislativo do Município, composto de vereadores eleitos na forma da legislação vigente.

Art. 2º. A Câmara Municipal tem funções institucionais, legislativas, fiscalizadoras, administrativas, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º. A função Institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§ 2 º. A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.

§ 3º. A **função fiscalizadora** é exercida por meio de requerimento sobre fatos sujeito à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela comissão de finanças e orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

§ 4º. A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§ 5º. A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos serviços auxiliares e aos vereadores.

§ 6º. A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privada e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas Municipais.

§ 7º. A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

§ 8º. As demais funções são exercidas no limite da competência Municipal quando afetas ao poder legislativo.

Art. 3º. A sede da Câmara Municipal é na Rua Monte Roraima, s/n, Bairro Vila Nova, onde serão realizadas as Sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, observado o art. 124 e seu parágrafo único, deste Regimento.

§ 1º. No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos às funções da Câmara, salvo nos casos em que o Presidente cede o recinto para reuniões cívicas, culturais e partidárias.

§ 2º. As sessões solenes podem ser realizadas fora da sede da Câmara.

Art. 4º. Cada legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.

Art. 5º. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º. Os períodos de ***1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro são considerados de recesso legislativo.***

§ 2º. As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS E DA POSSE

SEÇÃO I

DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO E POSSE

Art. 6º. A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial às 17:00 horas do dia 1º de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presidida com o vereador mais idoso entre os presentes, ou, declinado este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares como secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 7º. Os vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio pelo secretário, sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se assim o quiserem.

§ 1º. No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: **"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO"**. Em seguida, o Secretário fará a chamada de cada vereador, que de pé, com o braço estendido para frente, declarará em voz alta: "ASSIM EU PROMETO".

§ 2º. Após tornar o compromisso dos vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os vereadores proferindo em voz alta: **"DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO"**.

§ 3º. Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o vereador que tiver sido regulamente empossado.

§ 4º. Após a eleição da Mesa Diretora, conhecida seu resultado, o Presidente Proclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.

§ 5º. Após a eleição e posse da Mesa Diretora, o Presidente eleito dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, obedecida à programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Primeiro Secretário.

§ 6º. Terminada a posse do Prefeito e Vice-Prefeito o Presidente solicitará a todos os eleitos e empossados a entrega da declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na ata.

§ 7º. Ato contínuo o Presidente concederá a palavra, por cinco Minutos, a todos os vereadores, facultando a mesma ao Vice-Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.

Art. 8º. O vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 6º deste Regimento deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este arquivo.

SEÇÃO II

DA INAUGURAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA ANUAL

Art. 9º. No dia 15 de fevereiro a Câmara Municipal reunir-se-á às 09:00 horas, em sessão de cunho solene e festivo para a inauguração da Sessão Legislativa Anual.

§ 1º. Na primeira parte da Sessão o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com seu assento na Câmara.

§ 2º. Na segunda parte o Presidente facultará a palavra, por cinco minutos, a todos os vereadores para pronunciamento sobre o evento, encerrando-se em seguida a sessão.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DA CÂMARA

SESSÃO I

DA ELEIÇÃO, FORMAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA MESA

Art. 10. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação secreta.

Art. 11. O Mandato da Mesa será de dois anos, permitida a recondução ou reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 12. A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 13. As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até 15 (quinze) dias úteis antes da eleição.

§ 1º. Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenham os nomes completos e assinatura dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 2º. O vereador só poderá participar de uma chapa, e, mesmo no caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.

§ 3º. Havendo desistência justificada de algum membro de chapa inscrita, que deverá ser sempre por escrito, este poderá ser substituído até trinta minutos antes da sessão em que ocorrerá a eleição, exceto para o cargo de Presidente.

§ 4º. Se no dia da eleição, até trinta minutos antes da sessão, não houver nenhuma chapa inscrita legalmente, poderá ser feita a inscrição de chapas antes do início da mesma, independente do disposto no § 3º deste artigo, e até mesmo com vereador desistente de outras chapas.

§ 5º. Para a eleição dos membros da Mesa, utilizar-se-ão para a votação, cédulas de papel, datilografadas ou impressas contendo os nomes que comporão as respectivas chapas, seguidos dos cargos pela ordem, as quais serão depositadas em urna própria.

Art. 14. A eleição da Mesa para o segundo biênio far-se-á no segundo ano do primeiro biênio, a pedido de 1/3 dos vereadores, via requerimento, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 15. Nas eleições para composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer vereadores ainda que tenham participado da Mesa ocupando o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.

Art. 16. O suplente de vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 17. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio no qual se considerará eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 18. Os vereadores eleitos para a Mesa no primeiro biênio da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na Sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.

Art. 19. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõe.

Art. 20. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I- Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;

I- For o vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer;
II- Licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;
III- Houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.

Art. 21. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 23 deste Regimento, quando o Plenário deliberará sobre a aceitação ou não da renúncia.

Art. 22. A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de dois terços dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.

Art. 23. Para preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1ª sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos Artigos 11 a 17.

Parágrafo Único – No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no “caput” deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DA MESA

Art. 24. A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 25. Compete a Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I – Dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias:

II – Apresentar projeto de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

III – Apresentar as proposições concessivas de licença e afastamento do Prefeito;

IV – Elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;

V – Representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município;

VI – Baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;

VII – Organizar cronograma de desembolso das dotações da câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

VIII – Proceder à devolução à tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

IX – Enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município;

X – Proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;

XI – Deliberar sobre convocações de sessões extraordinária da Câmara.

XII – Receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XIII – Deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;

XIV – Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

Art. 26. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1º e 2º Secretários, respectivamente.

Art. 27. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, ver4ificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa assumirá a Presidência o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário, sendo este último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do 1º e 2º Secretários.

Art. 28. A Mesa reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação de edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS MEMBROS DA MESA

Art. 29. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a, e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art. 30. Compete ao Presidente da Câmara:

I – Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previsto em Lei;

II – Representar a Câmara em Juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra o ato da Mesa ou do Plenário;

III – Representar a Câmara junto ao Prefeito**,** às autoridades Federais e Estaduais e perante as entidades privadas em geral;

IV – Credenciar agentes de imprensa, rádio ou televisão para acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V – Fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;

VI – Conceder audiência ao público, a seu critério, em dia e hora prefixados;

VII – Requisitar a força, quando necessária à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;

VIII – Empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declara empossado o Prefeito, quando se tratar do Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura dos membros perante o Plenário;

IX – Declarar extintos os mandatos de Prefeito, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação de mandato;

X – Convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XI – Declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XII – Assinar, juntamente com o 1º Secretário, as resoluções e decretos legislativos;

XIII – Dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuídas:

a) Convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;
b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
c) Anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;
d) Determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;
e) Cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;
f) Manter a ordem no recinto da Câmara concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
g) Resolver as questões de ordem;
h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos casos omissos;
i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
j) Proceder à verificação do quórum, de ofício ou a requerimento de Vereador;
k) Encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo;

XIV – Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo notadamente:

a) Receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;

b) Encaminhar ao Prefeito por protocolo, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, para explicações, na forma regular;

d) Requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;

e) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;

XV – Promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVI – Ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com o 1º Secretário ou outro Vereador expressamente designado para tal fim;

XVII – Determinar licitação pra contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII – Apresentar ou colocar à disposição do Plenário mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;

XIX – administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes à essa de sua gestão;

XX – Mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XXI – exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

XXII – autografar os projetos de leis aprovados, para sua remessa ao Executivo;

XXIII – zelar para que os gastos da Câmara Municipal não excedam os limites previstos na Constituição da República, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável.

Art. 31. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 32. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 33. O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:

I – Na eleição da Mesa;

II – Quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III – no caso de empate, nas votações públicas e secretas.

Art.34. O vice-presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 35 e seu Parágrafo Único, e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente nas faltas e impedimentos, pela ordem.

Art.35. O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se também, às leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.

Art.36. Compete ao 1º Secretário:

I – Organizar o Expediente e a Ordem do Dia;

II – Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se à sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III – ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;

IV – Fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V – Elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão a assinando-as, juntamente com o Presidente;

VI – Certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

VII – registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

VIII – manter à disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais frequente, devidamente atualizados;

IX – Manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;

X – Cronometrar o tempo das sessões e o do uso da palavra pelos Vereadores;

***Parágrafo Único* – Compete ao Segundo Secretário** substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões em Plenário.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PLENÁRIO

Art. 37- O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, forma e número legal para deliberar.

§1º Local é o recinto de sua sede;

§2º A forma legal para deliberar é a sessão;

§3º Número é o quórum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realizações de sessões e para as deliberações;

§4º Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação;

§5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 38. São atribuições do Plenário:

I – Elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;

II – Votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentária e plano plurianual;

III – legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para fixação dos preços dos serviços municipais;

IV – Autorizar créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;

V – Autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como, a forma e os meios de pagamento;

VI – Autorizar a concessão de auxilio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VII – autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;

VIII – dispor sobre aquisição, utilização e alienação dos bens do domínio do município;

IX – Autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;

X – Criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos;

XI – dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XII – dispor sobre a fixação da zona urbana e de expansão urbana;

XIII – dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;

XIV – estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;

XV – Estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;

XVI – fixar os subsídios dos Vereadores, Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

***Parágrafo Único* – É de competência privativa do Plenário, entre outras:**

I – Eleger os membros de sua Mesa e destituí-los na forma regimental;

II – Elaborar e votar seu Regimento Interno;

III – organizar os seus serviços administrativos;

IV – Conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;

V – Autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias;

VI – Criar comissões permanentes e temporárias;

VII – apreciar vetos;

VIII – cassar mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

IX – Tomar e julgar as contas do Município;

X – Conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

XI – requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

XII – convocar os Secretários para prestar informação sobre matéria de sua competência.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder

estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:

I – Comissões Permanentes;

II – Comissões Especiais;

III – Comissões Processantes;

IV – Comissões de Representação;

V – Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 40. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Secretários e Relatores, e prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos, sendo tudo transcrito em livro próprio.

§1º Na Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representante proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§2º O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.

§3º O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o §1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.

Art. 41. Durante o recesso, no término de cada sessão legislativa, haverá uma **Comissão Representativa da Câmara**, eleita na última sessão ordinária do ano, em votação secreta, observada a proporcionalidade partidária, constituída por número ímpar de Vereadores, presidida pelo Presidente da Câmara, com as seguintes atribuições e sistemática de trabalho:

I – Reunir-se extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;

II – Zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV – Autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias;

V – Convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou de interesse público relevante.

Parágrafo Único – A Comissão Representativa apresentará à Mesa Diretora da Câmara, relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 42. Às Comissões Permanentes incumbe:

I – Estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião, para orientação do Plenário;

II – Discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do Plenário, nos termos do art. 43 deste Regimento Interno.

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes são as seguintes:

I – Legislação, Justiça e Redação Final;

II – Finanças e Orçamento;

III – Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comercio e Turismo;

IV – Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 43. Às Comissões Permanentes, no âmbito de suas atribuições, cabe, se assim o quiserem, sem a discussão e a deliberação do Plenário, nos termos da Lei Orgânica do Município, discutir e votar projetos de lei, exceto quanto a:

I – Projeto de lei complementar;

II – Projetos de iniciativa de Comissões;

III – projetos de códigos, estatutos e consolidações;

IV – Projetos de iniciativa popular;

V – Projetos que tenham recebido pareceres divergentes;

VI – Projetos em regime de urgência;

VII – alienação ou concessão de bens imóveis municipais;

VIII – alterações do Regimento Interno;

IX – Autorização para todo e qualquer tipo de operação de natureza financeira de interesse do Município, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Municipal;

X – Projetos que instituíam impostos previstos na Lei Orgânica do Município;

XI – proposta de emenda à Lei Orgânica:

§1º Nas matérias em que as Comissões Permanentes sejam competentes para discutir e votar, encerrada a discussão e votação, a decisão da Comissão será, em seguida, comunicada ao Presidente da Câmara que imediatamente dará ciência ao Plenário e publicará nas dependências da Câmara Municipal; e não havendo interposição de recurso, o projeto será encaminhado para a sanção e promulgação se aprovado, em caso contrário, arquivado pela Câmara;

§2º Havendo interposição de recurso para discussão e votação da matéria pelo Plenário da Câmara, o mesmo deverá ser feito no prazo de 03 (três) dias,

contados da ciência dada ao Plenário, referida no §1º deste artigo, assinado por um terço dos membros da Câmara e dirigido ao Presidente da Casa;

§3º Aplica-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões Permanentes, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário.

SEÇÃO III

DA FORMAÇÃO E MODIFICAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 44. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à eleição da Mesa, para o mandato de 02 (dois) anos, mediante votação em escrutínio público, através de cédulas previamente elaboradas, impressa ou datilografadas, contendo os nomes dos Vereadores indicados pelos seus líderes, a legenda partidária e as respectivas Comissões.

§1º Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos no podendo ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes;

§2º O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 02 (duas) Comissões Permanentes.

Art. 45. O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, quando da substituição do membro, observar-se-á a condição prevista no §1º do art. 40 deste Regimento.

Art. 46. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, a três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo Único – A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

Art. 47. As vagas nas Comissões Permanentes por impedimento, renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular, e, isso não sendo possível, far-se-á nova eleição. Persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.

SEÇÃO IV

DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 48. As Comissões Permanentes só poderão reunir-se em regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 49. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário presente pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente, no curso da reunião Ordinária da Comissão.

Parágrafo Único – As convocações extraordinárias das Comissões, fora da reunião, serão sempre por escrito, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 50. Das reuniões de Comissões Permanentes, lavrar-se-ão atas, em avulsas, pelo Secretário incumbido de assessorá-la, as quais serão assinadas pelos seus respectivos Presidentes.

Art. 51. Compete ao Presidente das Comissões Permanente:

I – Convocar reuniões extraordinárias da Comissão;

II – Presidir as reuniões da comissão e zelar pela ordem dos trabalhos:

III – Receber as matérias destinadas à Comissão;

IV – Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V – Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI – Conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;

VII – avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.

Art. 52. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

Art. 53. É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º. O prazo a que refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação das contas do Município.

§ 2º. O prazo a que refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 54. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

***Parágrafo Único* –** Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previsto no art. 53 deste Regimento.

Art. 55. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 56. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos, nas situações de trata o artigo 55 e quando se trata de proposição colocada em regime de urgência, na hipótese prevista no § 2º do art. 118 deste Regimento.

SEÇÃO V

DA COMPETÊNCIA DE CADA COMISSÃO PERMANENTE

Art. 57. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.

§ 1º. Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara, se o parecer for pela unanimidade dos membros da Comissão.

§ 2º. Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

§ 3º. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

§ 4º. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim atendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

I – Organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;

II – Criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;

III – Aquisição e alienação de bens e imóveis do Município;

IV – Concessão de licença ao Prefeito;

V – Alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;

VI – Criação de Comissão Parlamentar de Inquéritos;

VII – Veto;

VIII – Emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;

IX – Concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;

X – Todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.

Art. 58. Compete a Comissão de Finanças e Orçamento opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

I-diretrizes orçamentárias;

II - Proposta orçamentária e o plano plurianual;

III- matéria tributária;

IV- Abertura de credito, empréstimos públicos;

V- Proposições que, direta ou indiretamente alterem a despensa ou receita do município;

VI- Proposições que acarretam em responsabilidade ao erário municipal;

VII- fixação e atualização dos subsídios do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e dos vereadores.

Art. **59. Compete a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústrias, Comercio e Turismo**, opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

I- Código de obras e código de posturas;

II- Plano diretor e de desenvolvimento integrado;

III- aquisição alienação e concessão de bens imóveis do município;

IV- Quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;

V- Atividades produtivas em geral publicam ou privadas, envolvendo os setores primários, secundário e terciário da economia do município.

Art. 60. Compete à comissão de educação, saúde e assistência social, apreciar manifestarem-se obrigatoriamente quando ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre;

I-assuntos educacionais, artísticos e desportivos;

II- Concessão de bolsas de estudos;

III- patrimônio histórico;

IV- Saúde pública e saneamento básico;

V - Assistência social e previdência em geral.

VI - Reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação, saúde e assistente social;

VII- implantação de centros comunitários sob auspício oficial;

VIII- declaração de utilidade pública municipal a entidade que possuem fins filantrópicos.

Art.61. O estudo de qualquer matéria, pelas comissões permanentes poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do presidente mais idoso.

Parágrafo Único **– Nas reuniões conjuntas** observar-se-á as seguintes normas:

I – Em cada Comissão deverá estar presente à maioria de seus membros;

II – O estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;

III – Cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único;

IV – O parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

Art. 62. É vedado a qualquer Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 63. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do art. 61 deste Regimento.

SEÇÃO VI

DAS COMISSÕES ESPECIAIS, PROCESSANTES E DE REPRESENTAÇÃO.

Art. 64. As **Comissões Especiais** destinadas a proceder ao estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo serão criadas através de resolução, aprovada em Plenário por maioria absoluta, proposta pela Mesa ou

mediante requerimento de, pelo menos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.

§ 1º. O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§2º. A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§ 3º. A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob a forma de relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter a assinatura de, pelo menos, dois de seus membros.

§ 4º. No caso de o Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.

§ 5º. Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

Art. 65. A Câmara constituirá **Comissão Permanente** no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na lei federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.

Art. 66. As **Comissões de Representação** serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do Município e atender as disposições previstas no art. 41 deste Regimento.

SEÇÃO VII

DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITOS

Art. 67. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará **Comissão Parlamentar de Inquérito** que funcionará na sede da Câmara, através de resolução baixada pela Presidência, no prazo de quarenta e oito horas, contadas da leitura do requerimento em Plenário, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º. Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legais, econômicas e sociais do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.

§ 2º. O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§ 3º. Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§ 4º. Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e atuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

§ 5º. A comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:

I – Proceder vistorias e levantamento nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II – Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.

§ 6º. No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I – Determinar as diligencias que achar necessária;

II – Requerer a convocação de secretários municipais;

III – Tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV – Proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta;

§ 7º. As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do código de processo penal.

§ 8º. Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.

§ 9º. Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

§ 10º. Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

I – Não tenha participação nos debates;

II – Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

III – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;

IV – Atenta às determinações do Presidente.

§ 11° A comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

I – A exposição dos fatos submetidos a apuração;

II – A exposição e análise das provas colhidas:

III – a conclusão sobre a aprovação ou não da existência dos fatos;

IV – A conclusão sobre autoria dos fatos apurados como existentes;

V – A sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;

VI – A indicação das autoridades que tiverem competência para adoção das Providências reclamadas.

§ 12° Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito. Desde que aprovado pela maioria dos membros da comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão, qual deverá ser assinado primeiramente por quem redigiu e, em seguida pelos demais membros.

§ 13° Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 14° O relatório final será lido protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças dos processos, para ser lido em Plenário, no

pequeno expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independera de apreciação do plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

§ 15° A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de inquérito ao Vereador que solicitar independente de requerimento.

TÍTULO III

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Art. 68. Os vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direito.

Art.69. ***É assegurado ao Vereador,*** uma vez empossado:

I – Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direita ou indiretamente o que comunicara ao Presidente:

II – Votar na eleição da Mesa e das comissões Permanente;

III – apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

IV – Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste regimento.

SEÇÃO II

DAS VEDAÇÕES, PERDA DO MANDATO E FALTA DE DECORO.

Art. 70. ***É vedado ao vereador:***

I - Desde a expedição do diploma:

a) firma ou manter contrato como Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à clausula uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do Art.38 da Constituição Federal.

II – Desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerado "*ad nutum*", salvo o cargo de Secretário Municipal ou diretor equivalente, desde que se licencie do mandato.

b) exerce outros cargos eletivos federal, estaduais ou municipais;

c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer a função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I deste artigo.

Art. 71 ***Perderá o mandato o Vereador:***

I – Que infringi qualquer das proibições estabelecidas no artigo 70;

II – Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigente;

III – que se utilizar do mandato para a pratica de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV – Que deixa de comparecer, em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V – Que fixa residência fora do Município;

VI – Que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

§ 1° nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 2° Nos casos previstos nos incisos, III a IV, perda será declarada pela Mesa da Câmara, de oficio ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3° O processo de cassação do mandato de Vereador obedecera, além dos parágrafos 1° e 2° deste artigo, o estabelecido em lei federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

§ 4° Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecera do fato e tomará as Providências seguintes, conforme a gravidade:

I – Advertência em Plenário;

II – Cassação da palavra;

III – determinação para retirar-se do Plenário;

IV – Suspensão da Sessão, para entendimento na sala da presidência;

V – Proposta de cassação de mandato de acordo com a legislação vigente.

§ 5°*considera-se atentatório de acordo parlamenta,* quando o detentor do uso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenha incitamento à pratica de crimes.

§ 6°. *É incompatível com o decoro parlamentar:*

I – O abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;

II – A percepção de vantagens indevidas:

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou encargos dele decorrentes.

SESSÃO III

DAS PENALIDADES POR FALTA DE DECORO

Art.72. As ***infrações*** definidas nos parágrafos 5° e 6° do artigo 71 acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:

I – Censura;

II – Perda temporária do exercício do mandato até o máximo de trinta dias;

III – perda do mandato.

Art.73. A censura será Verbal ou escrita:

§1°. A *censura verbal* será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao vereador que:

I – Inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento:

II – Praticar que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III – perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões.

§ 2° A *censura escrita* será imposta pela Mesa, ao Vereador que:

I – Na qualidade de detentor do uso da palavra, usa expressões atentatórias do decoro parlamentar:

II – Praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou descartar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou Comissão, ou respectivos Presidente.

Art.74. Considera-se incurso na sanção de ***perda temporária do exercício*** do mandato, por falta de decoro parlamentar, o vereador que:

I – Reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos 1° e 2° do artigo 73;

II – Praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;

III – relevar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido devam ficar secretas;

IV – Revelar informações oficiais de caráter ou reservados, de que tenham tido conhecimento na forma regimental:

V – Faltar sem motivo justificado, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou a dez intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.

SESSÃO IV

DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Art.75. Extingue-se o mandato de Vereador, levando ser pelo Presidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal quando:

I – Ocorrer falecimento, renuncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória especifica:

II – Deixar de tomar posse, sem motivo justificado perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no art. 8° deste regimento;

III – deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou emissão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escritos pelo Presidente, para apreciação de Matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;

IV – Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em Lei, ano se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes no prazo fixado em Lei neste Regimento.

Art. 76. A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicado ao Plenário e convocado imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo Único – Se o Presidente da Câmara se omitir nas providencia deste artigo, o Suplente de Vereador, o prefeito Municipal ou o Presidente do Partido Político, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a Lei federal.

Art.77. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firmada reconhecida, reputando-se à vaga a partir da sua leitura em Plenário, pelo detentor do mandato ou pelo 1° Secretario.

SESSÃO V

DO PROCESSO DESTITUITÓRIO

Art.78. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o plenário, conhecendo da representação deliberará preliminares em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.

§ 1° Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo 1° secretario, Presidente ou seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinara a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunha até o máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§2° Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandara notificar o representante para confirmar a representação ou retira - lá no prazo de 05 (cinco) dias;

§3° Se houver defesa, ou se havendo e o representante confirma a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se a sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas testemunhas de defesa e de acusação até o máximo

§ 4° Não poderá funcionar como relator o membro o membro da Mesa

§ 5° Na sessão o relator, que se servira de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuvá-lo, inquirira as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer

Vereador, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e redação a Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO II

DAS LICENÇAS DAS VAGAS

Art.79. ***O vereador poderá licenciar-se*** mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:

I – Por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;

II – Para tratar de interesse particular, conforme dispuser a Lei Orgânica;

III – para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1° Ao vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmara poderá determinar o pagamento de auxilio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.

§ 2° Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou secretário Municipal.

§ 3° Dar-se á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.

§ 4° Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente da Câmara convocara o respectivo suplente que deverá tomar posse no prazo de 15(quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogara o prazo.

§ 5° em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicara o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao TRE a quem compete

realizar eleição para preenchê-la se faltarem mais de 18 (dezoito) meses para o término do mandato.

§ 6° Enquanto a vaga a que se refere o § 5° deste artigo, não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores.

CAPÍTULO III

DOS LÍDERES

Art. 80. Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

Art. 81. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos políticos, a Mesa, nas 24 horas que se seguirem a instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 1° Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes dando conhecimento à Mesa da Câmara.

§ 2° Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada;

§ 3° Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada será considerado lide aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada;

§ 4° Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no “caput” deste artigo, tendo validades após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara;

§ 5° Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.

Art. 82. Os líderes terão um terço a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 156, itens I a IV deste regimento.

***Parágrafo Único* –** Para fazer comunicação em nome de seu partido, líder poderá usar da palavra por 05 (cinco) minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

CAPÍTULO IV

DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Art. 83. As incompatibilidades de Vereadores são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 84. São impedidos do Vereador aqueles indicados na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

Art. 85. Os subsídios dos Vereadores serão fixados pó Lei da iniciativa da Câmara Municipal, no último ano da legislatura para viger na subsequente, até trinta dias antes das eleições Municipais, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

§ 1° Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presente, anão realização de sessão por falta de quórum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

§ 2° A mesma Lei que fixará os subsídios aos Vereadores fixará também o valor da parcela indenizatória, a ser pago aos Vereadores, por sessão extraordinária, observando o limite estabelecido na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.

§ 3° Em nenhuma hipótese será remunerada mais de duas sessões extraordinárias por dia, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 86. Os subsídios e a parcela indenizatória fixada na forma do artigo 85 poderão ser revistos anualmente, por lei especifica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município.

§ 1° Na fixação dos subsídios de que trata o artigo 85 e na revisão anual prevista no “caput” deste artigo, além de outros limites previstos na Constituição Federal e nesta Lei, serão ainda observados os seguintes:

I – O subsídio máximo do Vereador corresponderá a:

a) 20% (vinte por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de até dez mil habitantes;

b) 30% (trinta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de dez mil e um a cinquenta mil habitantes;

c) 40% (quarenta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de cinquenta e um a cem mil habitantes;

d) 50% (cinquenta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de cem mil e um a trezentos mil habitantes;

e) 60% (sessenta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do município for de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes;

f) 70% (setenta por cento) do subsidio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for superior a quinhentos mil habitantes;

II – O total da despesa com os subsídios e a parcela indenizatória prevista nesta lei não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, nem o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal previsto em lei complementar federal.

§ 2°. Para os efeitos do inciso II do § 1° deste artigo, entende-se como receita do município, o somatório de todas as receitas, exceto:

I – A receita de contribuição de servidores destinados à constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, e destinados a seus servidores;

II – Operação de crédito;

III – receita de alienação de bens móveis e imóveis;

IV – Transferências oriundas da União ou do Estado através de Convênio ou não para realização de obras ou manutenção de serviços típico das atividades daquelas esferas de Governo.

TÍTULO IV

DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÕES E DE SUA FORMA

Art. 87. Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 88. ***São modalidades de proposição:***

I – Proposta de emenda à Lei Orgânica;

II – Projeto de Lei complementar;

III – projeto de Lei;

IV – Projetos de decreto legislativo;

V – Projetos de resolução

VI – Projetos substitutivos;

VII – emendas e subemendas

VIII – vetos;

IX – Pareceres das Comissões Especiais de qualquer natureza;

X – Relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

XI – indicações;

XII – requerimento;

XIII – representações;

Art. 89. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor.

§ 1° Considera-se autor da preposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio às assinaturas que se seguirem à primeira.

§ 2º. Ao signatário da proposição só é licito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.

Art. 90. Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter emenda indicativa do assunto a que se referem.

Art. 91. As proposições consistentes em projetos de lei, de decreto, legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.

Parágrafo Único – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPÍTULO II

DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 92. Toda matéria legislativa de competência da Câmara**,** dependente de manifestação do prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou resolução, conforme o caso, exceto veto e o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não seja competente para deliberar.

§ 1º. Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:

I – Concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

II – Aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;

III – representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou do nome da sede do Município;

IV – Mudança do local de funcionamento da Câmara;

V – Cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente.

§ 2º. Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I – Perda de mandato de vereador;

II – Concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III – criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;

IV – Conclusões de Comissão de Inquérito ou especial, quando for o caso;

V – Qualquer matéria de natureza regimental;

VI – Todo e qualquer assunto de sua organização econômica interna, de caráter geral ou normativo.

Art. 93. A iniciativa dos Projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.

Parágrafo Único – O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de Moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

Art. 94. Substitutivo é o Projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único – Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 95. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificadas;

§ 2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra;

§ 3º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada a outra;

§ 5º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra;

§ 6º A emenda apresentada à outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 96. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

Art. 97. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo Único – O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.

Art. 98. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre assunto que motivou a sua constituição.

***Parágrafo Único* –** Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 99. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.

Art. 100. Requerimentos é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§ 1º Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I – A palavra ou desistência dela;

II – Permissão para falar sentado;

III – leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV – Observância de disposição regimental;

V – Retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;

VI – Requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

VII – justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII – verificação de quórum;

IX - Licença de Vereador para ausentar-se da sessão;

§ 2º Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I – Prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;

II – Dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;

III – destaque de matéria para votação;

IV – Votação a descoberto;

V – Encerramento de discussão;

VI – Inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;

VII – votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;

VIII – impugnação ou retificação de ata;

IX – Manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;

X – Dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis;

XI – declaração em Plenário de interpretações do Regimento.

§ 3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

I – Audiência de Comissão Permanente;

II – Juntada de documentos a processo ou desentranhamento;

III – transcrição integral de proposição ou documento em ata;

IV – Preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

V – Anexação de proposições com objetivo idêntico;

VI – Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;

VII – constituição de Comissões Especiais e de inquérito;

VIII – retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;

IX – Convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.

Art. 101. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador a Presidente da Câmara visando à destituição de Membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.

***Parágrafo Único* –** Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador. Sob acusação de Prática de elícito político-administrativa.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 102. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão ordinária, exceto nos casos previstos no art. 88, VIII, IX e X, deverá ser apresentada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocoladas, numerando-as encaminhando-as ao Presidente.

Art. 103. Os projetos substitutivos das Comissões, os eventos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 104. As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasiões dos debates, ou se tratar de projetos em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos vereadores.

§.1° As emendas à proposta orçamentária ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 2° As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 (quinze) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 105 As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 106 ***O Presidente, conforme o caso, ano aceitara proposição:***

I – Em matéria que não seja de competência do Município;

II – Que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;

III – que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

IV – Que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;

V – Que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;

VI – Que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

VII – que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 87 a 91 deste Regimento;

VIII – quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emenda ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX – Quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X – Quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo Único – exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para o devido parecer.

CAPÍTULO IV

RETIRADA DE PROPOSIÇÕES

Art. 107. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

I – Quando de autoria de um, com apoiamento de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;

II – Quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III – quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitado pelo autor, por escrito, não podendo ser recusada;

IV – Quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;

§ 1° O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciativa a votação da matéria.

§ 2° Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o Requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário pelo Plenário.

§ 3° A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser representada na mesma sessão Legislativa, salvo deliberação do Plenário.

Art. 108. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa, sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

I – As de iniciativas das Comissões Especiais;

II – As de iniciativas das Comissões Parlamentares de Inquérito;

III – as de iniciativas do Executivo sujeito à deliberação em prazo certo, exceto as que abram credito suplementar.

Parágrafo Único – O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retramitação.

Art. 109. Os requerimentos a que se refere o § 1° do art.100, serão indeferidos quando impertinentes ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão.

CAPÍTULO V

DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 110. Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.

§ 1° Para iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda matéria, com exceção das indicações, requerimentos e das emendas oferecidas por ocasião dos debates, será foto copiada e distribuída a todos os Vereadores, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão.

§ 2° A falta de entrega de cópia ao Vereador, no prazo previsto no § 1°, só será suprida se a cópia for entregue e aceitar pelo Vereador, antes do inciso da sessão.

Art. 111. Quando a proposição consistir em projetos de Lei, de decreto Legislativo, de Resolução ou de projeto substitutiva, uma vez lida pelo 1° Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.

§ 1° No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficara prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§ 2° Nenhuma proposição, salva as indicações, os requerimentos e os casos previsto neste regimento, poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes.

Art. 112. As emendas e subemendas serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

Art. 113. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicando o veto a esta, a matéria será incontinente encaminhada a Comissão Legislativa, Justiça, Redação final, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no art. 61 deste Regimento.

§ 1° A *Apreciação do veto* pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação com o parecer ou sem ele, considerando-se rejeitando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 2° Rejeitando o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 3° A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 4° Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art.114. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 115. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

***Parágrafo Único* –** No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

Art. 116. Os requerimentos que se referem os § § 1° e 2°do art. 100 serão apresentados em qualquer fase da sessão e posto imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3° do art. 100, com exceção daqueles dos incisos I, II, III, IV e V.

Art. 117. Durante os debates, na Ordem do dia, poderão ser apresentados requerimentos que se referiam estritamente ao assunto discutido, sendo deliberado pelo Plenário, sem previa discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos partidários.

CAPÍTULO VI

DO REGIME DE URGÊNCIA

Art. 118. As proposições poderão tramitar em Regime de urgência especial ou de urgência simples.

§ 1 ° ***o regime de urgência especial*** implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzida para metade do prazo previsto neste Regimento, e a não concessão de vista.

§ 2 Caso as comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial. O Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.

§ 3 O ***regime de urgência simples*** implica a possibilidade de adiantamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão

a que não esteja afeto o assunto, assegurado à proposição inclusão, em seguida prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 119. A *concessão de urgência especial* dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão, de autores da Proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta da maioria dos membros da edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.

§ 1° O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2° Concedida à urgência especial, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto a emitir o parecer sobre o projeto.

Art. 120. O *regime de urgência simples* será concedido pelo Plenário através de requerimento verbal de qualquer Vereador, quando se trata de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, apronta deliberação do Plenário.

***Parágrafo Único* –** Serão incluídas no regime de urgência simples independente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I – A proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II – Os projetos de lei do executivo sujeito à apreciação em prazo certo a partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III – o veto quando escoados dois terços do prazo para sua apreciação.

Art. 121. As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título IV deste Regimento.

Art. 122. Quando por extravio ou retenção indevida não foi possível o andamento de qualquer proposição já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e de terminará a sua retramitação.

TÍTULO V

DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I

DAS SESSÕES EM GERAL

Art. 123. As Sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes asseguradas o acesso, as mesmas, do público em geral.

§ 1º Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, poder-se a publicar a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§ 2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

I – Apresentar-se convenientemente trajado;

II – Não porte arma;

III – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV – Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;

V – Atenda às determinações do Presidente.

§ 3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.

Art. 124. As Sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único – Comprovado a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

Art. 125. A Câmara poderá realizar **sessões secretas,** por deliberação de dois terços dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário a preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo Único – Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 126. A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão, pelo menos 1/4 dos Vereadores que compõem, não podendo, contudo, deliberar sobre nenhuma matéria, sem que estejam presentes a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 127. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.

§ 1º A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º Os visitantes recebidos em plenário em dias de sessão, poderão usar a palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II

DAS ATAS DAS SESSÕES

Art. 128. De cada sessão da Câmara lavrar-se a ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º As indicações e os requerimentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração e as demais proposições e documentos com a menção do objeto a que se referem, salvo requerimento de transição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2º A ata da sessão anterior que ficará à disposição dos Vereadores até 24 horas de antecedência, será lida e votada sem discussão na sessão subsequente.

§ 3º A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.

§ 4º Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.

§ 5º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

§ 6º Requerida à impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§ 7º Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§ 8º Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

§ 9º Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§ 10 A ata de sessão secreta será lavrada pelo 1º Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de um terço dos Vereadores.

Art. 129. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 130. As sessões ordinárias serão quinzenais, devendo ocorrer nas 2º quarta e na última quarta de cada mês, com duração de até 03 (três) horas iniciando-se às 15:00 horas.

§ 1º A prorrogação das sessões poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 3º Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, pelo Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.

§ 4º Havendo 02 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação será votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.

Art. 131. As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Considerações Finais.

§ 1º No início dos trabalhos feita à chamada dos Vereadores pelo Primeiro Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

§ 2º Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar a ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

Art. 132. O pequeno Expediente terá duração de 30 minutos e se destinará à leitura da ata da sessão anterior, das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo e indicações devidamente apresentadas, obedecida a ordem de leitura dos expedientes:

I – Expedientes oriundos do Prefeito;

II – Expedientes oriundos de diversos;

III– expedientes apresentados por Vereador;

IV – Indicações.

§ 1º O tempo do Pequeno expediente será adicionado ao Grande Expediente e assim sucessivamente até o de Considerações Finais.

§ 2º O Vereador só poderá falar no Pequeno expediente, após a leitura da ata, solicitando a palavra “pela ordem”, para comunicar falecimento, renuncias ou solicitar retificação da ata podendo ser interrompido ou aparteado.

Art. 133. O Grande Expediente terá duração de 45 minutos e se destinará à leitura das demais proposições regularmente protocoladas, discussão e

votação de requerimentos e indicações sujeitas à deliberação do Plenário, sendo dividido o tempo restante entre os oradores inscritos para uso da palavra, para tratar de matérias constantes da Ordem do Dia da sessão.

§ 1º A leitura das matérias do Grande Expediente pelo 1º Secretário obedecerá a seguinte ordem:

I – Projeto de lei complementar;

II – Projeto de lei ordinária;

III – veto;

IV – Projeto de decreto legislativo;

V – Projeto de resolução;

VI – Demais proposições.

§ 2º O Vereador que, inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 134. A Ordem do Dia terá duração de 60 minutos e destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§ 1º Na sessão em que não houver pauta para Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.

§ 2º Na Ordem do Dia, verificar-se- à previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º Não se verificando quórum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

§ 4º A audiência às votações equipara-se, para todos os defeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.

§ 5º O Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura de proposição:

I – Constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso, de um terço dos membros da Casa, conforme o disposto no parágrafo 2º do art. 43 deste Regimento;

II – Sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.

§ 6º A pauta da Ordem do dia obedecerá a seguinte ordem:

I – Matérias em regime de urgência especial;

II – Matérias em regime de urgência simples;

III – vetos;

IV – Matérias em discussão única;

V – Matérias em segunda discussão:

VI – Matérias em primeira discussão;

VII – recursos;

VIII – demais proposições.

§ 7º As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.

§ 8º O 1º Secretário procederá à leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

§ 9º Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que possível, a Ordem do Dia com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão, facultando o conhecimento a todos os Vereadores.

§ 10 Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, sempre que possível, a Ordem do Dia da Sessão Seguinte e em seguida concederá a palavra para as considerações finais aos que a tenham solicitado durante a sessão ao 1º Secretário, observada a ordem da inscrição e o prazo regimental.

Art. 135. As Considerações Finais terão a duração de 45 minutos e destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito até o final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por 05 (cinco) minutos, facultado um terço a mais do tempo aos líderes.

§ 1º A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante o pronunciamento.

§ 2º Não havendo mais oradores para falar nas considerações finais, ou se ainda os houver, e o tempo regimental estiver esgotado, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 136. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§ 1º A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 130 e seus parágrafos, no que couber.

§ 2º Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art. 137. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I – Pelo Prefeito, quando este a entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;

II – Pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III – pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV – Pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 41 deste Regimento Interno.

Art. 138. As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita aos Vereadores com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local.

***Parágrafo Único* –** Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes à mesma.

Art. 139. A Sessão Extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 128 e seus parágrafos.

Parágrafo Único – Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO V

DAS SESSÕES SOLENES

Art. 140. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim especifico sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§ 1° As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§ 2° Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solenes, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.

Art. 141. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escritos, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo que indicará a finalidade de reunião.

Parágrafo Único – Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

TÍTULO VI

DAS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS DISCUSSÕES

Art. 142. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§ 1° não estão sujeitos à discussão:

I – As indicações, salvo o disposto no parágrafo Único do Art. 115;

II – Os requerimentos mencionados no art.100, §§ 1° e 2°;

III – os requerimentos mencionados no art. 100, § 3° I a V.

§ 2 – O Presidente declarará prejudicada a sessão:

I – De qualquer projeto com projeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, executando-se, nesta última hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II – Da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III – de demanda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

IV – De requerimento repetitivo.

§ 3° A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

§4° As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudicar a apresentação de emendas.

Art. 143. Terão uma única discussão as seguintes proposições:

I – As que tenham sido colocadas em regimes de urgência especial;

II – As que se encontrem em regime de urgência especial;

III – os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV – O veto;

V – Os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI – Os requerimentos sujeitos a discussão;

VII – as emendas.

Art. 144. Terão 02 (duas) discussões todas às proporções não incluídas no artigo 143, exceto as que forem rejeitadas na primeira, caso em que serão arquivadas.

§ 1° Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão em que tenha ocorrido à primeira.

§ 2° É considerada aprovada toda proposição de que trata o “caput” deste artigo, desde que seja aprovada nas duas discussões.

Art. 145. A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 1° O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulo, seções ou grupos de artigos.

§ 2° Quando se trata de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento aprovado pelo Plenário;

§ 3° Quando se trata de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto em primeira discussão.

Art. 146. Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Parágrafo Único - Na hipótese do "caput" deste artigo sustar-se-á a discussão para que a emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanente afetas à matéria, salvo se o Plenário dispensar o parecer.

Art. 147. Sempre que a pauta dos trabalhos incluírem mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica o projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.

Art. 148. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1° O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2° Apresentado 02 (dois) ou mais pedido de adiantamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3° Não se concederá adiantamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§ 4° O adiantamento poderá ser motivado de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 02 (dois) dias para cada um deles.

Art. 149. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I – Pela ausência de oradores;

II – Por decurso de prazos regimentais;

III – por deliberação do Plenário, o requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos 04 (quatro) Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II

DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Art. 150. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes regimentais:

I - Falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II – Dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte:

Art. 151. Ao Vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:

I – Usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

II – Desviar-se da matéria em debate;

III – falar sobre matéria vencida;

IV – Usar de linguagem imprópria;

V – Ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI – Deixar de atender as advertências do Presidente.

Parágrafo Único - para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

Art. 152. O Vereador somente usará da palavra:

I – No expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;

II – Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III – para apartear na forma regimental;

IV – Para explicação pessoal;

V – Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI – Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII – quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 153. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I – Para leitura de requerimento de urgência;

II – Para comunicação importante à Câmara;

III – para recepção de visitantes;

IV – Para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V – Para atender ao pedido de palavra “pela ordem”, sobre a questão regimental.

Art. 154. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I – Ao autor da proposição em debate;

II – Ao relator do parecer em apreciação;

III – ao autor da emenda;

IV – Alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.

Art. 155. Para o aparte, ou interrupção do orador por outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I – O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos;

II – Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;

III – não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala "pela ordem", em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV – O aparteante permanecerá de pé enquanto aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 156. ***Os oradores*** terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I – 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem a apartear;

II – 05 (cinco) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda;

III – 10 (dez) minutos para discutir projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, artigo isolado de proposição e veto;

IV – 15 (quinze) minutos para discutir a proposta orçamentária, a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa e processo de cassação do Prefeito ou Vereador, salvo quando se tratar do acusado, cujo prazo será o indicado na lei federal.

***Parágrafo Único* -** não será permitido a sessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

SEÇÃO I

DO QUÓRUM DAS DELIBERAÇÕES

Art. 157. As deliberações da Câmara salvo disposições em contrário serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.

Art. 158. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

I – Código tributário do Município;

II – Código de obras;

III – código de postura;

IV – Plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

V – Lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VI – Lei instituidora da guarda municipal;

VII – perda de mandato de Vereador;

VIII – rejeição de veto;

IX – Criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;

X – Fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

XI – obtenção e concessão de empréstimos e operações de credito pelo Município.

***Parágrafo Único*:** Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 159. ***Dependerão de voto favorável de dois terços*** dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

I – Regimento Interno da Câmara;

II – Concessão de serviços públicos;

III – concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;

IV – Alienação de bens imóveis do Município;

V – Aquisições de bens imóveis salvam quando se tratar de doação sem encargos;

VI – Denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

VII – concessão de títulos honorários e honrarias;

VIII – concessão de anistia, isenção e remissão tributariam ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;

IX – Transferência da sede do Município;

X – Rejeição do parecer prévio do TC/RR, sobre as contas do Município;

XI – alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;

XII – criação, organização e supressão de distritos;

XIII – o recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade.

Art. 160. Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legitima prevista no art. 134, § 4°, o vereador não poderá recusar-se a votar.

Art. 161. O Vereador estará impedido a votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quórum.

Art. 162. Quando, no recurso de uma votação, se esgota o tempo regimental da sessão, esta considerar-se á prorrogada até ser concluída da votação da matéria em causa.

Art. 163. A deliberação realiza-se através da votação.

Parágrafo Único – Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

SEÇÃO II

DAS VOTAÇÕES

Art. 164. Ressalvadas as exceções previstas neste Regimento, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo Único – Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.

Art. 165. O voto será secreto:

I - Na eleição da Mesa;

II - Nas deliberações sobre o veto;

III - nas deliberações sobre as contas do Município;

IV – Nas deliberações sobre perda de mandato de Vereador e Prefeito;

V – Na eleição da Comissão Representativa da Câmara.

Art. 166. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

§ 1° O **processo simbólico** consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2° O **processo nominal** consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se trata de voto secreto, o qual será através de células.

Art. 167. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1° Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§ 2° Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3° O Presidente em caso de dúvida, poderá, de oficio, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 168. A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quórum de maioria absoluta e dois terços.

Art. 169. Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

***Parágrafo Único* –** Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 170. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação para propor aos seus co-partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo Único – Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Município, de processo cassatório ou de requerimento.

Art. 171. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprova-las preliminarmente.

Parágrafo Único – Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 172 - Terão preferência para votação às emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único - Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

Art. 173. Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 174. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único – A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 175. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 176. Concluída a votação, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de Lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e redação Final, para adequar o texto à correção vernácula,

sendo em seguida encaminhada à Mesa que a colocará à disposição dos demais Vereadores para conhecimento, caso queiram.

§ 1° Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.

§ 2° Havendo contradição, obscuridade ou impropriedade linguística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo um terço dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada, se contra ela não votarem dois terços dos componentes da edilidade.

Art. 177. Aprovada pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para a sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único – Os originais dos projetos de lei aprovado serão arquivados na secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.

TÍTULO VII

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

CAPÍTULO I

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 178. Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores enviando-a a Comissão de Finanças e Orçamentos, para recebimento de emendas nos 10 (dez) dias seguintes.

Parágrafo Único **–** Durante o Período dos 10 (dez) dias previstos no "caput" deste artigo, serão promovidas audiências públicas para a discussão da proposta orçamentária.

Art. 179. A *Comissão de Finanças e Orçamento pronuncia-se á em 20* (vinte) dias, sobre o projeto e as emendas, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, finda os quais com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 180. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas, no uso da palavra.

Art. 181. Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporação ao texto, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em seguida reincluída imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 182. Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.

SEÇÃO II

DAS CODIFICAÇÕES E DOS ESTATUTOS

Art. 183. Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídas cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, justiça e Redação Final o recebimento de emendas e sugestões nos 15 (quinze) dias seguintes.

§ 1º A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa à tramitação da matéria.

§ 2º A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

§ 3º Na primeira discussão, poderão os vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.

§ 4º Aprovada em primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais 05 (cinco) dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, para a deliberação final.

CAPITULO II

DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 184. Recebido o parecer prévio do TCE/RR, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado o projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.

§ 1º Até 07 (sete) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligencias e vistorias, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 185. O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada à apresentação de emendas ao projeto, assegurado, no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.

Art. 186. Se a deliberação do Plenário for contraria ao parecer prévio do Tribunal de Contas do estado, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.

Art. 187. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em 30 (trinta) minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

CAPÍTULO III

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 188. A Câmara poderá convocar os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

TÍTULO VIII

DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

CAPÍTULO I

DAS INTERPRETAÇÕES E PRECEDENTES

Art. 189. As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Parágrafo Único – Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação, na solução de casos análogos.

Art. 190. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

SESSÃO ÚNICA

DA ORDEM

Art. 191. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º As questões de ordem devem se formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não considerar a questão levantada.

§ 3º cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.

§ 4º Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.

Art. 192. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra "pela ordem", para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo 191.

CAPÍTULO II

DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO E DE SUA REFORMA

Art. 193. A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 194. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separata.

Art. 195. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da edilidade mediante proposta:

I – Da maioria absoluta dos Vereadores;

II – Da Mesa em colegiado;

III – de uma das Comissões Permanentes da Câmara.

TÍTULO IX

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA

Art. 196. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

§ 1º Caberá ao 1º secretário supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.

§ 2º O Regulamento Interno obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:

I – descentralização e agilização de procedimentos administrativos;

II – Orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal;

III – adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.

Art. 197. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.

Art. 198. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:

I – De atas das Sessões;

II – De atas das reuniões das Comissões;

III – de atas das reuniões da Mesa;

IV – De registros de leis, decretos legislativos e resoluções;

V – De termos de posse de funcionários;

VI – De declaração de bens dos Vereadores;

VII – de termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.

§ 2º Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por outro sistema equivalente.

TITULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 199. A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 200. Nos dias de sessão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 201. Não haverá expediente no legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 202. Lei complementar de infrações políticas administrativas, bem como a Lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderá ser votada através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes da bancada, desde que observados os princípios e normas gerais da legislação federal específica.

Art. 203. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil, administrativa e penal.

Art. 204. À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 205. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio Cícero Vieira Neto, 13 de maio de 2004.

José Sebastião Alves Bezerra
Presidente

Bernardeth Salustiano Barbosa
Vice-Presidente

Adauto Pires de Carvalho Filho
1° Secretario

Luciano Moreira de Albuquerque
2° secretario

Natalino Nicacio da Silva

Vereador

Jucineide da Silva

Vereadora

Ozéias da Silva Ramos

Vereador

Telmário Gouvêa Coelho

Vereador

Raimundo Nonato Lêda dos Santos

Vereador

FALE CONOSCO

Secretaria Geral da Câmara:
secretariageral@pacaraima.rr.leg.br
Assessoria de Comunicação:
ascom@pacaraima.rr.leg.br
Comissão Permanente de Contratações - CPC:
cpc@pacaraima.rr.leg.br
Assessoria Legislativa:
assessorialegislativa@pacaraima.rr.leg.br
Ouvidoria Parlamentar:
ouvidoriaparlamentar@pacaraima.rr.leg.br

SITE
www.pacaraima.rr.leg.br
INSTAGRAM
@camaradepacaraima
FACEBOOK
www.facebook.com/camaradepacaraima
YOUTUBE
www.youtube.com/@camaradepacaraima

ACESSE PELO QR CODE

CÂMARA DE
PACARAIMA
A CASA DA CIDADANIA

CÂMARA DE
PACARAIMA
A CASA DA CIDADANIA